

CURRÍCULO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Celiane do Lago Novaes Cortes¹

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Valquíria Dias de Almeida²

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

RESUMO

O presente artigo pretende proporcionar uma análise e reflexão a respeito da inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular por meio dos seguintes questionamentos: Como vem sendo feitas as mudanças nos currículos para a inclusão dos alunos com deficiência intelectual? Os professores estão preparados para trabalhar com alunos com deficiência intelectual? Quais práticas pedagógicas vêm sendo usadas para esse público em especial? Sendo assim, o objetivo deste estudo foi compreender o currículo, formação de professores e práticas pedagógicas no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual, trazendo a definição da mesma e compreendendo a importância do ensino colaborativo no processo de aprendizagem do aluno com esse tipo de deficiência. Para a realização desta pesquisa, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos e revistas de sites confiáveis de autores conceituados como Santos (2012), (Mantoan (1997), Almeida (2012) e outros que serviram como suporte teórico para elaboração do trabalho e esse estudo é resultado de reflexões referente à fundamentação teórica assentada numa abordagem qualitativa fundamentada em autores que discutem a temática, partindo do tema central. Entende-se que é necessária a aplicação de uma proposta diferenciada que atenda às reais necessidades desses alunos, oferecendo apoio entre professores de ensino regular e de sala de recursos, sendo que a principal conscientização deve vir da família, e o papel da escola é criar momentos que incluam este aluno. Portanto, essa pesquisa é relevante, pois, vai trazer novas perspectivas sobre a temática.

4838

Palavras Chave: Aprendizagem. Inclusão. Deficiência intelectual.

ABSTRACT

This article aims to provide an analysis and reflection regarding the inclusion of students with intellectual disabilities in Regular Education through the following questions: How are changes being made to curricula to include students with intellectual disabilities? Are teachers prepared to work with students with intellectual disabilities? What pedagogical practices have been used for this particular audience? Therefore, the objective of this study was to understand the curriculum, teacher training and pedagogical practices in the process of school inclusion of students with intellectual disabilities, defining it and understanding the importance of collaborative teaching in the learning process of students with this type. of disability. To carry out this research, the methodology used was bibliographical review, through books, scientific articles and magazines from reliable websites by renowned authors such as Santos (2012), (Mantoan (1997), Almeida (2012) and others who served as theoretical support for preparing the work and this study is the result of reflections regarding the theoretical foundation based on a qualitative approach based on authors who discuss the theme, starting from the central theme. It is understood that it is necessary to apply a differentiated proposal that meets the real ones. needs of these students, offering support between regular education and resource room teachers, and the main awareness must come from the family, and it is the school's role to create moments that include this student. Therefore, this research is relevant, as it will bring new perspectives on the topic.

Keywords: Learning. Inclusion. Intellectual disability.

INTRODUÇÃO

É de grande relevância que seja garantido o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, entretanto, nem sempre são oferecidos por falta de mecanismos eficazes, contudo, o conceito de Deficiência Intelectual tem obtido grandes avanços, como a mudança da definição terminológica, que antes era vista como “retardo mental”.

Esse tipo de deficiência aponta para uma pessoa com suas funções cognitivas comprometidas, com desenvolvimento mais lento, porém, capazes como qualquer pessoa de realizar tarefas e desenvolver o intelectual, desde que com o apoio de seus familiares e profissionais especializados.

Entende-se, entanto, que é de extrema importância a inclusão desses alunos com deficiência intelectual na escola, e o professor terá que rever seu papel perante as novas propostas pedagógicas que o processo de inclusão escolar impõe. Seja buscando conhecimentos, informações e formações que lhes permitam realizar atividades curriculares em que todos os alunos aprendam juntos com as mesmas oportunidades de acesso e permanência e com a garantia de uma aprendizagem contextualizada e significativa.

4839

Partindo dessa ideia, o objetivo desta pesquisa é compreender o currículo, formação de professores e práticas pedagógicas no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual, trazendo a definição da mesma e compreendendo a importância do ensino colaborativo no processo de aprendizagem do aluno com esse tipo de deficiência através dos seguintes questionamentos: Como vem sendo feitas as mudanças nos currículos para a inclusão dos alunos com deficiência intelectual? Os professores estão preparados para trabalhar com alunos com deficiência intelectual? Quais práticas pedagógicas vêm sendo usadas para esse público em especial?

Entende-se que, há muitos desafios a enfrentar para que a inclusão de crianças com deficiência intelectual realmente ocorra como, a falta de preparação dos professores para lidar com os alunos com esse tipo de deficiência, além da escassez de estrutura nas escolas para receber essas crianças, dificultando o acesso das mesmas e sua formação.

O interesse em realizar esta pesquisa justifica-se por buscar o máximo de informações acerca da inclusão dos alunos com deficiência intelectual, como também por buscar subsídios

que esclareçam que ainda, nos dias atuais, existe muito preconceito da parte de professores quanto à inclusão desses alunos.

A pesquisa bibliográfica se deu através da leitura de obras de autores como Santos (2012), (Mantoan (1997), Almeida (2012) e outros que serviram como suporte teórico para elaboração do trabalho e esse estudo é resultado de reflexões referente à fundamentação teórica assentada numa abordagem qualitativa fundamentada em autores que discutem a temática, partindo do tema central.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 INCLUSÃO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: Conceito e processo de aprendizagem

O direito à educação de todas as crianças e jovens brasileiros garantidos pela Constituição Federal de 1988, capítulo II, Art. 6º implica o compromisso de respeitá-los e garantir-lhes autonomia e aprendizado, o que levará às transformações necessárias no ambiente escolar e, conseqüentemente, na sociedade.

Conforme Skliar (2006), nos últimos anos vem acontecendo um turbilhão irrefreável de mudanças educacionais sejam nos parâmetros curriculares nacionais, nas leis de acessibilidade, na universalização do acesso à escola, na obrigatoriedade do ensino, nas escolas que pretendem ser inclusivas e as aparentemente inclusivas, porém não sabemos se essas mudanças constituem ou não mudanças de fato e de direito no campo da Pedagogia e nas práticas escolares para educação especial.

Dentro desse contexto, o professor assume um papel importante, pois é através de sua atuação profissional que muitas barreiras para a aprendizagem podem ser removidas para transformar os indivíduos com deficiência intelectual em sujeitos mais autônomos e ativos socialmente.

Desse modo, o MEC/SEESP (2008, p.13), afirma que “O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um ensino diversificado para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos/as (com e sem deficiência mental), ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular”.

A educação inclusiva propõe uma democracia, na qual todos são iguais e devem lutar pelos seus direitos de cidadão, onde a diversidade é respeitada, aceita e reconhecida politicamente e para isso como argumenta Mittler,

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais. (Mittler, 2003, p.20)

Partindo desse princípio, os professores são os principais participantes dessa transformação, pois cabe a eles garantir que essas crianças sejam tratadas de forma igualitária e que suas necessidades sejam atendidas de maneira que aprendam como as demais, com um olhar diferenciado diante das diferenças, considerando assim, como a principal característica do ser humano a multiplicidade e não uniformidade ou igualdade.

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples conferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitaria ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais educativas especiais. (Rosseto. 2005, p.44)

Contudo, para que isso aconteça o tema deve ser debatido e construído com toda a escola, por meio da mudança de paradigmas e concepções, de forma a garantir a permanência dos alunos com deficiência no espaço escolar.

A terminologia “retardo mental” passou a ter uma nova definição, tornando-se “Deficiência Intelectual”, pois, esse termo “retardo mental” trazia às pessoas com deficiência certo desconforto, desvalorizando-as. Dessa forma, conforme Machado e Almeida (2010), a mudança do termo para “Deficiência Intelectual” fez com que as pessoas se sentissem mais valorizadas quanto à sua deficiência, tornando-se um termo menos ofensivo.

Dessa forma, de acordo com Honora e Frizanco (2008, p. 103), “A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”.

Geralmente, a Deficiência intelectual se caracteriza pelo desenvolvimento mais lento e abaixo do esperado para a idade da criança ou do adulto como afirma Shogren et al. (2010, p. 6 apud Machado; Almeida, 2010, p. 58)

Deficiência Intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo, que cobre uma gama de habilidades sociais e práticas no dia a dia. Esta deficiência se origina antes da idade de 18.

De acordo com Santos (2012), a deficiência intelectual é considerada como um funcionamento intelectual (QI) inferior à média, havendo limitações significativas das competências práticas, sociais e emocionais, além de limitações adaptativas em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, interação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, autodeterminação, funções acadêmicas, lazer e trabalho.

A respeito dos critérios para obter o diagnóstico, o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5 declara:

Deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceituais, social e prático. Os três critérios a seguir devem ser preenchidos:

A. Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência, confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados.

B. Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade.

C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento (APA, 2014. p. 74).

4842

A Deficiência Intelectual pode aparecer até os 18 anos de idade por diversas causas, sendo estas as condições genéticas, complicações durante a gestação, problemas de saúde, entre outras e o diagnóstico realizado por profissionais trata-se de avaliar as capacidades mentais juntamente com as capacidades adaptativas, sendo estes os métodos mais comuns para obter um diagnóstico:

Com o surgimento do movimento dos testes mentais, as definições de Deficiência Intelectual passaram a dar ênfase na mensuração do funcionamento intelectual do indivíduo e os testes de Quociente de inteligência (QI) acabou se tornando o caminho para definir o grupo e classificar as pessoas em níveis – leve, moderado, severo e profundo (Almeida, 2012, p. 54).

Sendo assim, entende-se que após o diagnóstico concreto, cabe à família e os profissionais acompanharem o desenvolvimento gradual da pessoa com Deficiência Intelectual, oferecendo apoio, buscando métodos que tenham como foco o desenvolvimento integral, e também buscar conhecimento sobre as propostas de inclusão escolar.

2.2 PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O processo de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual é único e requer abordagens pedagógicas diferenciadas que atendam às suas necessidades específicas. Estes alunos têm potenciais, habilidades e talentos individuais que precisam ser identificados, valorizados e desenvolvidos de maneira adequada.

Segundo Tessaro (2005), acredita-se que as limitações maiores na deficiência mental não estão relacionadas com a deficiência em si, mas com a credibilidade e as oportunidades que são oferecidas para essas pessoas, pois, não levam em conta suas potencialidades e aptidões.

Em primeiro lugar, é fundamental entender que a deficiência intelectual não é sinônimo de incapacidade ou limitação total. Cada aluno possui suas próprias capacidades cognitivas, emocionais e sociais, e é crucial reconhecer e respeitar essas diferenças.

Desse modo, estudos demonstram que os problemas enfrentados pelo indivíduo que apresenta deficiência mental são mais de limitações e deficiências da sociedade e do meio do que do próprio organismo deficiente (Omote, 1994).

No que diz respeito ao ensino, a personalização é a chave. Isso significa adaptar métodos, estratégias e recursos para atender às necessidades específicas de cada aluno e pode envolver o uso de materiais didáticos diferenciados, técnicas de ensino multimodais e a utilização de tecnologia assistiva, quando necessário.

Desse modo, Mantoan (1997), argumenta que o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos.

Além disso, é essencial criar um ambiente inclusivo e acolhedor, onde o aluno se sinta seguro para explorar, cometer erros e aprender. A autoestima e a motivação são elementos cruciais para o processo de aprendizagem, e é papel do educador incentivar e valorizar o esforço e as conquistas de cada aluno.

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino,

caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (Mantoan, 1997, s/p).

A colaboração entre educadores, familiares e profissionais da área da saúde também é fundamental, já que o trabalho em equipe permite uma abordagem mais integrada e holística, garantindo que o aluno receba o suporte necessário em todas as áreas de seu desenvolvimento.

Sabe-se que a aprendizagem é um processo contínuo e gradual, e o progresso dos alunos com deficiência intelectual pode ser mais lento, mas é igualmente válido e importante, portanto, é importante reconhecer e valorizar as pequenas conquistas ao longo do processo de aprendizagem. Cada avanço, por menor que seja, é uma vitória significativa que merece ser celebrada.

Por fim, é essencial promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos, respeitando as diferenças e garantindo que cada aluno, independentemente de suas capacidades ou limitações, tenha acesso a oportunidades de aprendizagem significativas e enriquecedoras. A diversidade é uma riqueza que enriquece o ambiente educacional e contribui para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.3 DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

4844

A inclusão de crianças com deficiência intelectual nas escolas é um processo complexo que enfrenta diversos desafios, tanto do ponto de vista pedagógico quanto social e estrutural. Embora seja um direito assegurado por lei em muitos países, a sua efetivação ainda encontra obstáculos que dificultam a plena participação e aprendizagem desses alunos no ambiente escolar.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 4),

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Um dos principais desafios é a falta de formação adequada dos educadores para atender às necessidades específicas desses alunos. Muitos professores não têm a capacitação necessária

para adaptar métodos de ensino, desenvolver materiais didáticos diferenciados e utilizar estratégias pedagógicas que favoreçam o aprendizado dos alunos com deficiência intelectual.

Para que a inclusão escolar seja real o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado (tanto psicológica quanto intelectualmente) para “mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar” – (Gomes 2007) para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive de alguns que tenham maiores dificuldades.

Além disso, as escolas nem sempre estão preparadas para receber esses alunos de forma inclusiva e a falta de infraestrutura adequada, como rampas de acesso, banheiros adaptados e espaços físicos adaptáveis, pode limitar a participação e a mobilidade desses alunos no ambiente escolar.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC / SEESP, 1998), essa mudança implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais.

Outro desafio importante é o preconceito e a falta de sensibilização por parte da comunidade escolar, pois, ainda existem muitos estigmas e estereótipos associados à deficiência intelectual, o que pode resultar em atitudes discriminatórias por parte de colegas, professores e até mesmo de pais de alunos.

4845

Quando se fala de adaptações curriculares está se falando, sobretudo e, em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação docente e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada aluno (...) fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que é, ao que o aluno ou aluna deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos saiam beneficiados (MEC, 1992 apud Manjón, 1995, p. 82).

Além disso, a avaliação e a mensuração do progresso desses alunos também são desafios importantes, sendo que os métodos tradicionais de avaliação nem sempre são adequados para medir o aprendizado de alunos com deficiência intelectual, o que pode resultar em avaliações injustas e desmotivadoras.

De acordo com Santos (2012, p. 945),

As limitações e possibilidades educacionais do aluno com deficiência intelectual não requerem intervenções complexas em relação às práticas pedagógicas comuns, mas exige do professor uma atuação mais próxima, frequente e particular em relação a

cada objetivo escolar e às habilidades envolvidas para que as metas se realizem. Assim, estudos de caso, planejamento individualizado e materiais de apoio são alguns dos elementos importantes para a atuação do professor junto ao aluno com deficiência intelectual, e não diferem dos princípios e das estratégias também utilizados com alunos sem deficiência.

A falta de recursos e apoios especializados também é um obstáculo significativo, onde muitas vezes, os alunos com deficiência intelectual necessitam de atendimento especializado, como acompanhamento de psicopedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, que nem sempre estão disponíveis nas escolas públicas.

Esse tipo de atendimento, conforme afirma Santos (2012, p. 943), busca oferecer um aprendizado diferente daqueles conteúdos oferecidos no ensino comum e tem como objetivo criar condições que levem o aluno com deficiência a ultrapassar as barreiras de sua deficiência, e para isso é necessário que o professor reconheça as particularidades do aluno com deficiência, em parceria professor do ensino regular com professor do AEE dentro do ensino colaborativo.

Por fim, é fundamental reconhecer que a inclusão não se resume apenas à presença física do aluno na escola, mas sim à sua participação efetiva, aprendizagem e desenvolvimento integral. Para superar os desafios da inclusão de crianças com deficiência intelectual, é necessário um compromisso coletivo que envolva a capacitação de educadores, a adaptação de infraestruturas, a promoção da sensibilização e o investimento em recursos e apoios especializados. Somente assim será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos.

4846

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a inclusão de crianças com deficiência intelectual no contexto escolar requer uma abordagem pedagógica centrada no aluno e adaptada às suas necessidades individuais. Para isso, é imprescindível uma reflexão sobre o currículo, a formação de professores e as práticas pedagógicas adotadas, visando uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Desse modo, o currículo escolar deve ser flexível e adaptável, permitindo ajustes que atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual o que inclui a seleção de conteúdos relevantes, a definição de objetivos de aprendizagem claros e a escolha de métodos e estratégias pedagógicas adequadas.

Contudo, a adaptação curricular não significa reduzir as expectativas de aprendizagem, mas sim adequá-las ao ritmo e às capacidades do aluno, garantindo que ele tenha acesso a um ensino significativo e enriquecedor.

Sendo assim, a formação de professores é um pilar fundamental para a implementação da educação inclusiva. Os educadores devem receber capacitação específica sobre deficiência intelectual, métodos de ensino diferenciados, adaptação curricular e uso de recursos e tecnologias assistivas.

Além disso, é importante desenvolver habilidades socioemocionais nos professores, promovendo a empatia, o respeito à diversidade e a valorização das potencialidades de cada aluno. Portanto, os programas de formação continuada são essenciais para atualizar e aprimorar o conhecimento dos professores, proporcionando-lhes ferramentas e estratégias para atuar de forma eficaz na promoção da inclusão.

As práticas pedagógicas adotadas devem ser diversificadas e flexíveis, considerando as diferentes formas de aprender dos alunos com deficiência intelectual. É importante utilizar métodos multimodais, que envolvam diferentes canais de percepção (visual, auditivo, tátil) e favoreçam a participação ativa do aluno.

O trabalho em grupo e a colaboração entre os alunos são estratégias pedagógicas que promovem a socialização, o desenvolvimento de habilidades sociais e a aprendizagem cooperativa. A avaliação também deve ser repensada, utilizando métodos formativos e criteriosais que considerem o progresso individual do aluno, valorizando seus esforços e conquistas.

Sendo assim, através deste estudo, foi possível compreender a grande importância da inclusão de alunos com deficiência intelectual nas escolas de ensino regular, como também os desafios a serem cumpridos, tanto por parte dos profissionais, quanto dos alunos, família e sociedade, e a grande relevância da junção desses alunos com deficiência junto aos alunos de ensino regular.

Conclui-se então que, a inclusão de crianças com deficiência intelectual na escola é um desafio que requer uma transformação profunda na forma como concebemos o ensino, o currículo e a formação de professores, sendo necessário um compromisso coletivo para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade, respeite as diferenças e garanta oportunidades iguais de aprendizagem para todos os alunos.

Através de um currículo adaptado, uma formação de professores qualificada e práticas pedagógicas inclusivas, podemos construir escolas mais justas, acolhedoras e equitativas para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. O caminhar da deficiência intelectual e classificação pelo sistema de suporte apoio. In: _____. (Org.). **Deficiência intelectual: realidade e ação**. São Paulo: SE, 2012. p. 51-63. Disponível em: <<http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/Livro%20DI.pdf>>. Acesso em: março de 2024.

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>>. Acesso em: março de 2024.

HONORA M.; FRIZANCO M. L. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Barueri: Ciranda Cultural, 2008.

MACHADO, A. C.; ALMEIDA, M. A. Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. **Rev. Psicopedag.**, v. 27, n. 84, p. 344-351, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n84/v27n84a04.pdf>>. Acesso em: março de 2024.

MANJÓN.D.G. **Adaptaciones curriculares. Guía para su elaboración**. 2ªed. Málaga: Ediones Aljibe,1995.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon. SENAC. 1997.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Trad.: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OMOTE, S. A integração do deficiente: um pseudoproblema? **Anais da XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto/SP**, 1994.

ROSSETO, M. C. Falar de Inclusão...falar de que sujeitos? In: LEBEDEFF, Tatiana (Org.). **Educação Especial: olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF, 2005

SANTOS, D. C. O. Potenciais, dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 4, p. 935-948, 2012. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4150699>>. Acesso em: março de 2024.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p.15-34.

STAINBACK Susan e STAINBACK William. **Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda. 1999.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNESCO. **A educação Especial: Relatório sobre a situação atual e tendências de investigação da Europa.** 1968.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.



Celiane do Lago Novaes Côrtes, Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e 2ª licenciatura em Letras Libras (UNIASSELVI). Pós-graduada em Linguística (UESB) e pós-graduada em Libras (UNIP)
E-mail: celinhalago@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8326956285059725>
Orcid: 0009-0007-4791-8870



Valquíria Dias De Almeida. Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC. Mestre em Educação – UESB. Doutoranda em Educação – UESB, Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus IV. E-mail: vda.dias1506@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2504475970033146>
Orcid: 0000-0002-1710-7598